

Escutar a Cidade: Pobreza, Emprego e Crise Financeira

Crise financeira, política económica e desemprego

Pedro Lains

Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

16 de Abril de 2015

I

O tema deste painel encerra três ligações, a saber, a ligação entre pobreza e emprego, entre pobreza e crise financeira, e entre emprego e crise financeira.

Para certas camadas de rendimento, há uma relação estreita entre níveis de pobreza e níveis de emprego ou de desemprego. Por outro lado, sabemos que o emprego é uma forte arma contra a pobreza. Sabemos também que, em certas circunstâncias, o emprego não retira as pessoas ou as famílias da pobreza, e ainda que esse problema se agravou nos últimos anos. Há muita informação disponível e muitos estudos feitos sobre essas ligações, e aprendemos bastante com os especialistas dessas matérias, que nos revelam factos e ideias, sobre os quais podemos assentar as nossas opiniões. Enquanto cidadão atento e preocupado com estas questões tenho opinião sobre elas, mas não suficientemente estruturada para ocupar o vosso tempo.

Gostaria de ocupar esse tempo para reflectir sobre a ligação que mais directamente tem a ver com as minhas preocupações relativamente ao estado da economia, da política e da sociedade portuguesa nos últimos anos. Trata-se da ligação entre a crise financeira e emprego (ou desemprego).

Podemos constatar com facilidade que crise financeira e desemprego são dois aspectos importantes que têm andado estreitamente ligados no nosso país, nos últimos quatro a cinco anos. Nunca o desemprego subiu a níveis tão altos em Portugal. E quando se refere desemprego, deve referir-se o que é registado pelas estatísticas oficiais e que inclui as pessoas que procuram trabalho e se inscrevem nos institutos oficiais de emprego, mas também o das pessoas que desistiram de procurar trabalho, pelo menos pela via oficial.

Acresce que, a par do desemprego acima referido, existe um outro fenómeno, muito relevante, que dá pelo nome de “desemprego estrutural”. Trata-se de um conceito saído da teoria económica, tão em voga nos dias de hoje e tantas vezes mal utilizada,

que se reporta à relação entre o produto que a economia gera todos os anos e o número de trabalhadores de que precisa para gerar esse produto. Ora, esse desemprego estrutural também se agravou substancialmente nos últimos anos. Isso aconteceu, em parte, por causa do avanço tecnológico, já que é cada vez mais fácil (ou económico) substituir pessoas por máquinas e computadores, mas também por causa da desatenção política relativa a essa matéria, já que despedimentos fáceis e falta de investimento em formação levam as empresas a optar mais facilmente pelo emprego de máquinas.

Tudo está pior na área do emprego nos últimos anos. Mas, porventura mais grave ainda, tudo está também pior na área das políticas de emprego.

II

Mas voltemos ao início.

Portugal, por razões de ordem interna ou externa, que não importam agora aqui, sofreu uma crise financeira, juntamente com os outros países da Europa, sobretudo na sua periferia. A crise financeira afectou as pessoas, as empresas e o Estado. Com dificuldades em se financiar, o Estado reduziu a sua actividade, passando a gastar e a investir menos. Pelas mesmas razões, as empresas cortaram na produção e no investimento. Essa contracção de actividade, que viria a revelar-se prolongada e generalizada, levou à diminuição da procura de trabalho e ao desemprego.

Claramente, o elemento crucial nesta relação é o da crise financeira, ela foi a causa, não o contrário.

Todavia, também é necessário ter em atenção que a variação nos níveis de emprego pode afectar a estabilidade financeira das pessoas ou das empresas mas, na verdade, essa ligação é necessariamente mais fraca do que a relação inversa e não determinou aquilo que aconteceu nos últimos anos. O desemprego leva a menor capacidade de consumo e de investimento, o que implica que as empresas, incluindo os bancos, têm menos clientes e provavelmente menos receitas, o que afectará o respectivo equilíbrio financeiro. Por outro lado, menor emprego leva a uma diminuição do nível de tributação, e o aumento do desemprego tem também um impacto nos impostos que o estado cobra aos empregados e no pagamento de subsídios de desemprego. Estas implicações são evidentes e muito importantes, mas são relativamente menos importantes do que as implicações inversas, dos efeitos da crise financeira no emprego.

Aliás, o facto de as implicações do desemprego no equilíbrio financeiro do país serem menores do que o seu reverso ajuda a explicar as opções políticas que foram tomadas ao longo da crise. Podemos facilmente imaginar que a atenção ao desemprego seria diferente se ele fosse considerado um perigo para a estabilidade financeira dos bancos, das empresas ou do país. Mas não foi.

Ora, a constatação que acabámos de fazer mostra, precisamente, um aspecto que tem de estar presente no estudo das implicações da crise financeira nos níveis de emprego. Efectivamente, essas implicações dependem em grande medida das políticas seguidas, em resposta à crise financeira.

Nem tudo o que aconteceu no emprego em Portugal decorreu da crise financeira: uma parte, mais ou menos considerável e de difícil medição, dependeu das opções políticas que foram seguidas a seguir ao surgimento da crise financeira. Por outras palavras, a crise financeira tem as costas largas quanto às implicações no emprego a nível nacional em Portugal, nos últimos cinco anos.

É importante, assim, atender aos aspectos políticos da relação entre crise financeira e desemprego.

Como sabemos, a crise financeira levou à intervenção em Portugal de três instituições internacionais, a saber, a Comissão Europeia, o FMI e o BCE, que forneceram financiamento para que o país ultrapassasse as dificuldades que o Estado e os bancos enfrentaram. Ora, essa intervenção foi feita a troco da aplicação de uma série de orientações de política económica para que o país reequilibrar as contas públicas e externas. O instrumento para atingir esses fins foi o das políticas de austeridade que, precisamente, implicariam a redução da actividade económica. A ideia era que, com menos actividade económica interna, Portugal precisaria de menos financiamento do exterior. Essa ideia está globalmente errada, e a experiência portuguesa, como de outros países, viria a demonstrar isso. No seguimento, aliás, de experiências passadas, bem conhecidas na História.

A agravar a inegável imposição externa, a seguir às eleições de 2011 que deram lugar ao Governo ainda em funções, a intensidade das medidas de austeridade foi duplicada, o que ficou consagrado na tristemente famosa frase do actual primeiro-ministro de que o seu Governo iria “para além da *troika*”.

Sabemos hoje que as instituições internacionais que impuseram o programa de austeridade estão a virar a cara ao passado e a reverter o sentido dos seus conselhos. Sabemos também que o actual Governo não está arrependido, sendo nisso seguido por muitas pessoas, muitos pensadores, que estão apenas à espera de uma nova oportunidade para reforçar as suas medidas.

E sabemos ainda que as alternativas seriam melhores, com consequências menos nefastas. Para mim e para muitos isso é claro, embora impossível de provar taxativamente, pois a prova reporta-se necessariamente a cenários alternativos, virtuais, uma vez que não podemos refazer o passado. Aliás quem está no poder tem sempre mais facilmente a “razão” do seu lado, pois os opositores nunca podem mostrar provas concretas das razões que lhes assistem, uma vez que não as podem pôr em prática.

Mas nada disto nos deve desviar do verdadeiro argumento sobre a relação entre crise financeira e desemprego. É ele que uma parte do desemprego não decorreu *directamente* da crise financeira mas decorreu, isso sim, das políticas seguidas para combater, de uma certa forma, a crise financeira.

Em suma, se a nossa atenção na análise das relações entre crise financeira e desemprego não chega ao papel que as opções de política económica teve, então não estamos a fazer um bom trabalho.

III

Deixem que termine com um dado, com algo de taxativo, para contrabalançar a carga ensaística das palavras anteriores.

A crise financeira bateu à porta dos Estados Unidos, em 2007, e à porta da União Europeia, em 2008. Entre 2009 e 2010, o desemprego atingiu 10% nos EUA e na União Europeia. Em 2014, chegou a 11% na União Europeia, começando a baixar ligeiramente, desde então. Nos Estados Unidos o desemprego tem vindo a baixar desde 2010, e está agora em 6%.¹ Toda a gente na área económica “sabe” porque é que isto foi assim e a razão principal prende-se com a forte acção da Reserva Federal, que interveio nos mercados financeiros de modo a que estes recuperassem a confiança e a sua normal actividade – era isso que era preciso fazer, tratando-se como se tratou de uma crise financeira –, enquanto o BCE andou a marcar passo de forma perigosa, pouco corajosa e pouco “científica”.

Aliás, não é seguramente obra do acaso o facto de a Reserva Federal norte-americana ter nos seus estatutos o combate à inflação *e ao desemprego*, ao passo que o BCE apenas tem o combate à inflação, numa acessão verdadeiramente antiga, senão retrógrada, do papel de um banco central nas economias modernas.

A nossa pergunta, assim, não é a de saber se havia alternativa, se há alternativa. A pergunta é saber porque é que ela não foi seguida. E a resposta não está em Berlim ou em Bruxelas ou em Frankfurt. Ela está nas nossas mentes. Enquanto não percebermos bem o que se está a passar com a política, verdadeiramente, não mudaremos as ideias.

Se o desemprego ou a ausência de políticas de emprego tivesse um impacto tão grande na crise financeira, como a crise financeira ou as políticas escolhidas na União Europeia para a combater tiveram no desemprego, muito provavelmente estaríamos a pensar de outra forma, de Berlim a Lisboa. É, talvez, preciso reconhecê-lo.

¹ V. <http://www.bruegel.org/publications/publication-detail/publication/877-poor-and-under-pressure-the-social-impact-of-europes-fiscal-consolidation/>, p. 4.